

# **CARTA PEDAGÓGICA: construindo diálogos com Freire, Buber e o pensamento decolonial**

## ***PEDAGOGICAL LETTER: constructing dialogues with Freire, Buber and the decolonial thought***

Moacir Oliveira de Alcântara<sup>1</sup>

Brasília, 30 de Outubro de 2021.

Estimados colegas da Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens - PEHL,

A presente missiva tem como objetivo comunicar a você, amigo da Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens do Instituto Federal de Brasília, algumas inquietações as quais acredito que, de múltiplas maneiras, também possam lhes ocorrer. São questões compreendidas por mim como urgentes e inadiáveis, uma vez que falo a partir de uma experiência urdida na condição de homem negro, pesquisador no campo das Ciências Humanas e Sociais, comprometido com as lutas antirracistas e a crítica às múltiplas formas de opressão. Gostaria de expressar o meu desejo de que esta carta os encontre com saúde e disposição para o comprometimento que reiteradamente demonstram em relação às teorias e práticas educativo-pedagógicas emancipatórias que nos são tão caras. De antemão, saibam que a postura de educadores críticos, combativos e anticonformistas que os caracteriza desperta em mim imensa admiração. Posicionar-se contra o conservadorismo e os arranjos político-institucionais autoritários, como observamos nos últimos anos, demanda coragem e retidão e é essa a razão primeira pela qual lhes dirijo esta mensagem.

Não me recordo se já mencionei em ocasião anterior, mas tenho me ocupado de reflexões cuja matéria é precisamente as implicações de discursos, narrativas e práticas políticas perniciosas, claramente alinhadas aos interesses das elites econômicas, nos ordenamentos epistemológicos regentes dos currículos escolares no Brasil e, por conseguinte, das práticas pedagógicas que observamos em nosso cotidiano enquanto educadores e educadoras imersos no compromisso de formar sujeitos críticos, politicamente ativos e, sobretudo, aptos a transformar a realidade, tal qual nos ensinaram Paulo Freire, Martin Buber e tantos outros estudiosos e estudiosas que nos inspiram.

Assim, aproveito o ensejo para convidar-lhes a refletir acerca de suas perspectivas e sobre as possibilidades de fazer frente ao autoritarismo que vem

---

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB). Trabalha com as temáticas gerais do campo da História e, especificamente, com os processos de produção de sentidos pela linguagem, representações, identidades, processos de subjetivação, estereótipos, raça, racismo e movimentos contraculturais.

cerceando nossas práticas no âmbito das escolas e universidades, privilegiando abordagens epistêmicas eurocêntricas e pedagogias tecnicistas. Me adianto em sugerir as contribuições do pensamento decolonial de intelectuais latino-americanos, *amefricanos* e afrodiaspóricos (GONZALEZ, 1988; FANON, 2008; BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2020) para pensarmos coletivamente a desconstrução do projeto da colonialidade que persiste na produção de conhecimento, nos contextos educativo-pedagógicos e, mais explicitamente, nas falas e práticas daqueles que historicamente se empenharam em deixar à margem das decisões todos os grupos percebidos como subalternos. A saber: negros, indígenas, mulheres, grupos LGBTQIA+ e todas as chamadas minorias que não se enquadram nos lugares de poder de um mundo colonizado pelo pensamento cisheteropatriarcal-racista-capitalista.

Partindo das colocações anteriores, chamo atenção dos colegas para o que identifico como a tríade que define os regimes de enunciabilidade, visibilidade, disciplinamento e normatividade que assinalam a epistemologia da colonialidade sob a qual se assenta a educação brasileira em tempos de obscurantismo e reacionarismo: uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) calcada em enunciados genéricos, uma (Contra) Reforma do Ensino Médio que enfatiza a educação monolítica e tecnicista e, por último, o retrocesso representado pelas pautas educativas de movimentos ultraconservadores como o *Escola Sem Partido*. No meu entendimento, esse é um processo que culmina na criminalização de professores, em ataques à liberdade de cátedra e na censura de conteúdos críticos e reflexivos, especialmente na seara das Ciências Humanas. Por isso, venho colocar-lhes algumas indagações por que acredito que precisamos pensar coletivamente sobre questões que não afetam só a mim, mas que dizem respeito à sociedade como um todo: Que tipos de construtos se encontram na base desse processo senão aqueles fundados na racionalidade capitalista e eurocêntrica (re)produzida desde os tempos do colonialismo? Que caminhos devemos trilhar se desejarmos adotar parâmetros dialógicos, anti-discriminatórios e inclusivos em Educação – como nos propuseram Buber e Freire – com vistas a romper com a lógica de objetificação, desumanização e exclusão das práticas e modelos pedagógicos amoldados na colonialidade?

Caros colegas, não é o intento exaurir ou abordar de maneira simplista as intrincadas indagações que compartilho com vocês nessa carta, mas tão somente convidá-los a exercitar a desconstrução e a desnaturalização do legado cientificista e eurocêntrico que fundamenta a “ideia de universalismo abstrato, que marca decisivamente não somente a produção do conhecimento, mas também outros âmbitos da vida” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2020, p. 13). Esse pode ser, sem dúvidas, um bom ponto de partida para a compreensão e crítica da tal tríade que anteriormente mencionei. Uma vez que a lógica da colonialidade é a do individualismo, da alienação, da exclusão e da desigualdade, o nosso caminho deve ser o inverso, ou seja, deve ser propiciado pela lógica do coletivo, das questões em comum, da diversidade (BUBER, 2008). Sinteticamente, falo de um caminho em que seres humanos se reconheçam mutuamente para além da mediação da opressão, do racismo, do sexismo ou de quaisquer outros tipos de segregação simbólica ou material.

Que nenhum de nós, EDUCADORES, se renda ao poder capitalista que ordena os modos de ser, valores, sentidos, significados, representações, práticas sociais e

perspectivas epistemológicas em função de interesses de mercado. Que sejamos capazes de defender um currículo efetivamente emancipador na direção inversa àquele que anseia o ultraconservadorismo monolítico e tecnicista, forjado na colonialidade e, portanto, herdeiro do colonialismo! É preciso procurar e criar outras matrizes epistemológicas calcadas em “ver, escutar, aceitar, acolher, ter atenção e autoridade [...] em que prevaleça uma ética do cuidado com o outro” (PENA, A. *et al.*, 2018, p. 3). Assim, mais uma vez recorro a Buber e Freire para embasar o convite que faço para que pensemos uma educação em comunidade, um educar reflexivo e fundamentado na práxis a fim de pautarmos nossas ações com o compromisso de transformar o mundo, superar toda forma de mentalidade colonizada e oprimida.

Finalizo frisando que acredito piamente que as perspectivas de Buber e Freire podem perfeitamente ser aliadas aos estudos decoloniais, já que todas essas análises têm o escopo de por abaixo as múltiplas modalidades de opressão, seja de raça, classe, sexualidade, gênero e nacionalidade, por exemplo. O currículo e as práticas educativo-pedagógicas são, por excelência, os lugares onde esse trabalho de desconstrução deve se concentrar. E aqui me refiro ao currículo vivo em todos os espaços escolares que vão além daquilo que está posto nas disciplinas. Conto com as indispensáveis contribuições dos colegas da Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens e de todos e todas que se interessem por esse urgente debate!

Subscribo-me agradecendo a você leitor e você leitora pelo tempo dedicado à leitura dessa carta. Tenho esperança de vos animar à ação.

## Referências

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R.; MALDONADO-TORRES, N. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988, p. 69-82.

PENA, A.; NUNES, M.; KRAMER, S. Formação humana, visão de mundo, diálogo e educação: atualidade de Paulo Freire e Martin Buber. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.34, P. 1-17, 2018.